



LEI N.º 3.904 DE 05 DE dezembro DE 1983

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1984.

PUBLICADO

Diário Oficial n.º 229

Data: 09/12/83

Ass. do responsável

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento-Programa Anual do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1984, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Estadual e por receitas e despesas de outras fontes - Entidades da Administração Indireta e Fundações instituídas pelo Poder Público, estima a Receita Geral em Cr\$ 186.563.687.000,00 (cento e oitenta e seis bilhões, quinhentos e sessenta e três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil cruzeiros), sendo Cr\$ 11.245.690.000,00 (onze bilhões, duzentos e quarenta e cinco milhões e seiscentos e noventa mil cruzeiros), provenientes dos órgãos da Administração Descentralizada, e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I que integra esta Lei de acordo com o seguinte desdobramento:

[Handwritten signatures and initials]

I - RECEITA

Cr\$ 1.000,00

1 - RECEITAS DO TESOURO

1.1. RECEITAS CORRENTES	88.306.950
Receita Tributária	35.171.990
Receita Patrimonial	3.523
Transferências Correntes	52.767.560
Outras Receitas Correntes	363.877
1.2. RECEITAS DE CAPITAL	87.011.047
Operações de Crédito	41.730.705
Alienação de Bens Móveis	10.000
Transferências de Capital	45.270.342
T O T A L	175.317.997

2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)

2.1. RECEITAS CORRENTES	9.056.260
2.2. RECEITAS DE CAPITAL	2.189.430
T O T A L	11.245.690
T O T A L G E R A L	186.563.687

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por fontes de recursos e por órgãos de acordo com o seguinte desdobramento:

Cr\$ 1.000,00

II - DESPESA

1 - DESPESA POR FONTES DE RECURSOS

1.1. - Programação à Conta de Recursos do Tesouro	175.317.997
1.2. - Programação à Conta de Recursos de Outras Fontes	11.245.690
1.3. - Total da Despesa por Fonte de Recursos	186.563.687

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

I - RECEITA

Cr\$ 1.000,00

1 - RECEITAS DO TESOIRO

1.1. RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária

88.306.950

35.171.990

Receita Patrimonial

3.523

Transferências Correntes

52.767.560

Outras Receitas Correntes

363.877

1.2. RECEITAS DE CAPITAL

87.011.047

Operações de Crédito

41.730.705

Alienação de Bens Móveis

10.000

Transferências de Capital

45.270.342

T O T A L

175.317.997

2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)

2.1. RECEITAS CORRENTES

9.056.260

2.2. RECEITAS DE CAPITAL

2.189.430

T O T A L

11.245.690

T O T A L G E R A L

186.563.687

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por fontes de recursos e por órgãos de acordo com o seguinte desdobramento:

Cr\$ 1.000,00

II - DESPESA

1 - DESPESA POR FONTES DE RECURSOS

1.1. - Programação à Conta de Recursos do Tesouro

175.317.997

1.2. - Programação à Conta de Recursos de Outras Fontes

11.245.690

1.3. - Total da Despesa por Fonte de Recursos

186.563.687

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

(Handwritten signature/initials)

2 - DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1. - PODER LEGISLATIVO	<u>2.673.711</u>
Assembléia Legislativa	2.061.338
Tribunal de Contas	612.373
2.2. - PODER JUDICIÁRIO	<u>2.724.605</u>
Tribunal de Justiça	1.000.500
Juizados	1.621.500
Corregedoria Geral da Justiça	46.000
Auditoria da Justiça Militar	56.605
2.3. - PODER EXECUTIVO	<u>169.919.681</u>
Governadoria	3.355.658
Secretaria de Segurança	14.037.166
Secretaria de Fazenda	7.652.174
Secretaria de Educação	44.384.359
Secretaria de Agricultura	6.654.158
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	18.108.647
Secretaria de Saúde	12.667.362
Secretaria de Governo	712.041
Secretaria de Planejamento	30.781.946
Secretaria de Indústria e Co- mércio	1.640.238
Secretaria de Cultura, Despor- tos e Turismo	1.338.958
Secretaria de Administração	1.932.055
Secretaria de Trabalho e Ação Social	2.928.400
Administração Geral do Estado	22.760.630
Secretaria de Justiça	965.889
2.4. - ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDI- RETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PE- LO PODER PÚBLICO (exclusive transferências do Tesouro)	<u>11.245.690</u>

T O T A L G E R A L 186.563.687

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller signatures in the center, and a signature on the right near the total amount.

2 - DESPESAS POR ÓRGÃOS

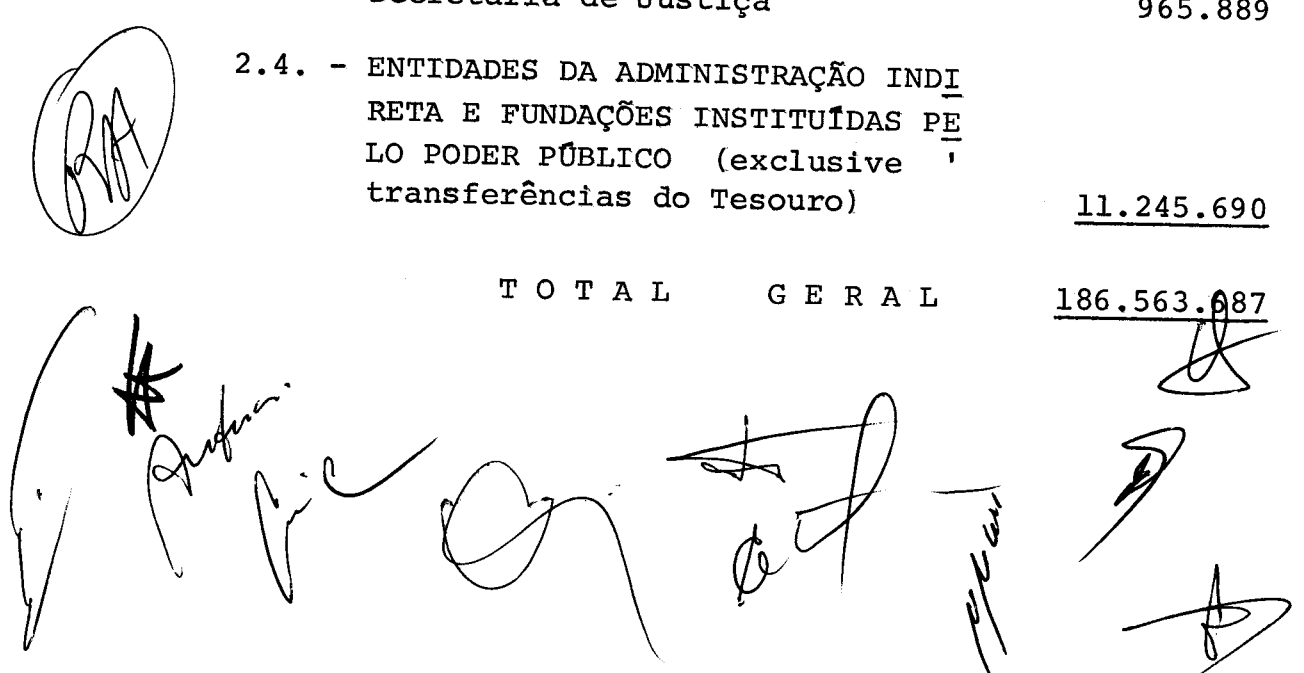
2.1. - PODER LEGISLATIVO	<u>2.673.711</u>
Assemblêia Legislativa	2.061.338
Tribunal de Contas	612.373
2.2. - PODER JUDICIÁRIO	<u>2.724.605</u>
Tribunal de Justiça	1.000.500
Juizados	1.621.500
Corregedoria Geral da Justiça	46.000
Auditoria da Justiça Militar	56.605
2.3. - PODER EXECUTIVO	<u>169.919.681</u>
Governadoria	3.355.658
Secretaria de Segurança	14.037.166
Secretaria de Fazenda	7.652.174
Secretaria de Educação	44.384.359
Secretaria de Agricultura	6.654.158
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	18.108.647
Secretaria de Saúde	12.667.362
Secretaria de Governo	712.041
Secretaria de Planejamento	30.781.946
Secretaria de Indústria e Co- mércio	1.640.238
Secretaria de Cultura, Despor- tos e Turismo	1.338.958
Secretaria de Administração	1.932.055
Secretaria de Trabalho e Ação Social	2.928.400
Administração Geral do Estado	22.760.630
Secretaria de Justiça	965.889

2.4. - ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDI-
RETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PE-
LO PODER PÚBLICO (exclusive
transferências do Tesouro)

11.245.690

T O T A L G E R A L

186.563.987




Art. 4º - As despesas à conta de recursos de outras fontes de entidades da Administração Indireta e de Fundações instituídas pelo Poder Público, serão discriminadas em seus orçamentos próprios aprovados em conformidade com a legislação vigente, os quais obedecerão à mesma forma do Orçamento-Programa Anual do Estado, e deverão conter as discriminações por funções, programas, subprogramas, projetos e atividades na forma do Anexo III da Presente Lei.

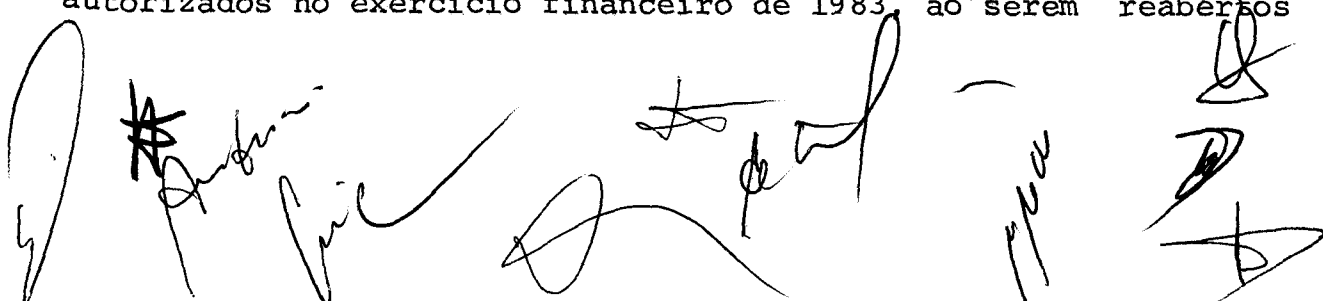
Art. 5º - Para ajustar o ritmo da execução do orçamento ao fluxo provável de recursos, o Poder Executivo elaborará de acordo com as normas vigentes, através da Comissão de Programação-Financeira do Estado, até o dia 15 de janeiro, uma programação financeira de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários a execução dos Programas de Trabalhos.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Crédito por antecipação de receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita total estimada no artigo 1º desta Lei consideradas as condições estipuladas em normas específicas.

Art. 7º - O Poder Executivo, é autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa orçamentária prevista nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no artigo 43 da Lei Federal nº .. 4.320, de 17 de março de 1964.

 Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar Projetos e Atividades financiados à conta de Receitas com destinação específica, quando estes ultrapassarem o valor previsto nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - Os créditos especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 1983, ao serem reabertos




Art. 4º - As despesas à conta de recursos de outras fontes de entidades da Administração Indireta e de Fundações instituídas pelo Poder Público, serão discriminadas em seus orçamentos próprios aprovados em conformidade com a legislação vigente, os quais obedecerão à mesma forma do Orçamento-Programa Anual do Estado, e deverão conter as discriminações por funções, programas, subprogramas, projetos e atividades na forma do Anexo III da Presente Lei.

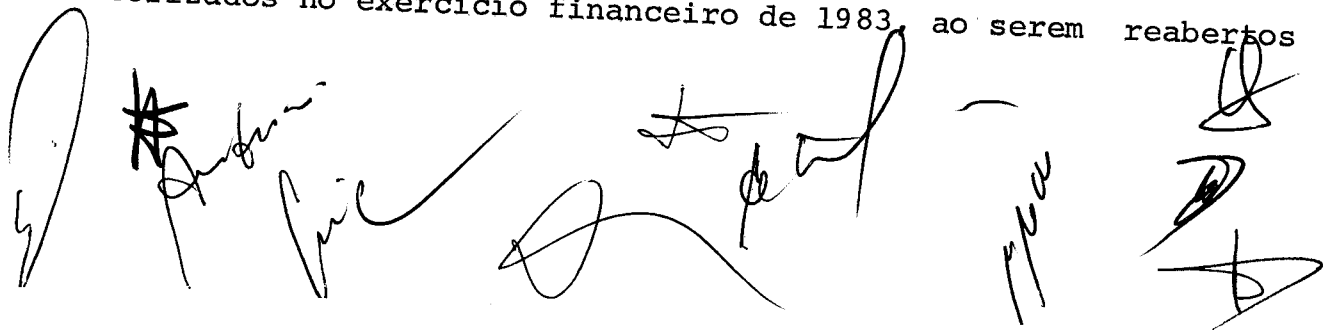
Art. 5º - Para ajustar o ritmo da execução do orçamento ao fluxo provável de recursos, o Poder Executivo elaborará de acordo com as normas vigentes, através da Comissão de Programação-Financeira do Estado, até o dia 15 de janeiro, uma programação financeira de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários a execução dos Programas de Trabalhos.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Crédito por antecipação de receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita total estimada no artigo 1º desta Lei consideradas as condições estipuladas em normas específicas.

Art. 7º - O Poder Executivo, é autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa orçamentária prevista nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no artigo 43 da Lei Federal nº .. 4.320, de 17 de março de 1964.

 Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar Projetos e Atividades financiados à conta de Receitas com destinação específica, quando estes ultrapassarem o valor previsto nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - Os créditos especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 1983, ao serem reabertos




na forma do Parágrafo 4º do artigo 62 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.


Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1984.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 05 de dezembro de 1983.


GOVERNADOR DO ESTADO

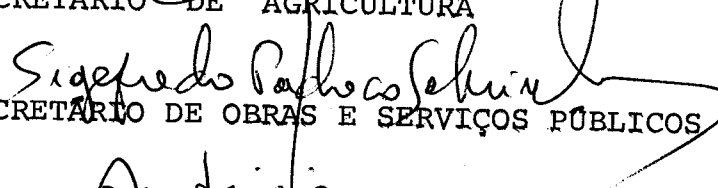

SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

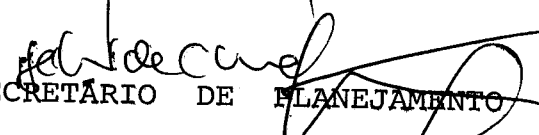

SECRETÁRIO DE FAZENDA


SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO



SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

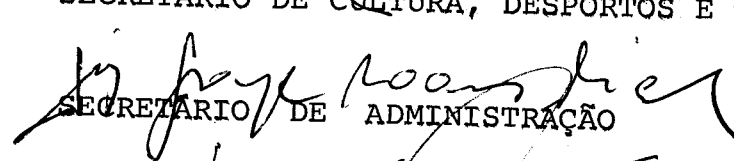

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS


SECRETÁRIO DE SAÚDE

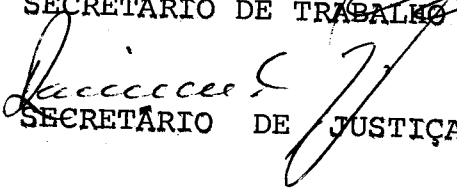

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO


SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO


SECRETÁRIO DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO


SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO


SECRETÁRIO DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL



SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

na forma do Parágrafo 4º do artigo 62 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

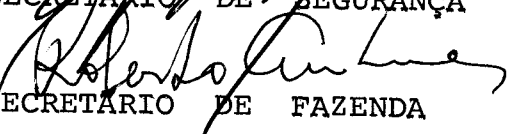
Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1984.

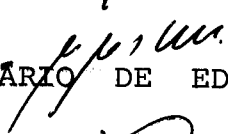
PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 05 de dezembro de 1983.


GOVERNADOR DO ESTADO

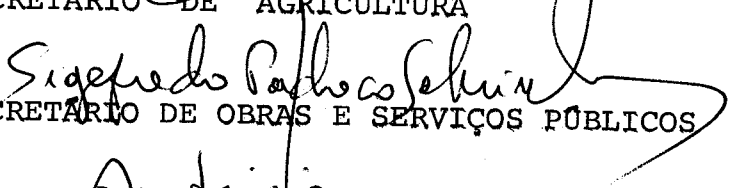

SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

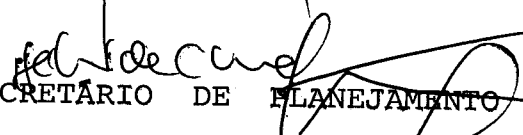

SECRETÁRIO DE FAZENDA



SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO



SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

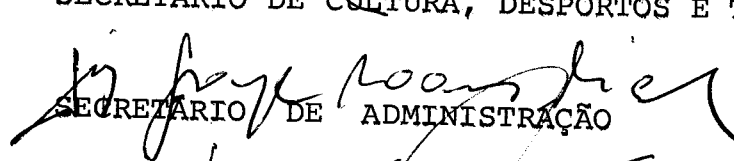

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS


SECRETÁRIO DE SAÚDE

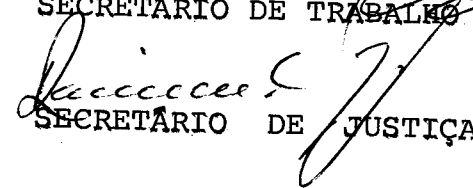

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO


SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO


SECRETÁRIO DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO


SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO


SECRETÁRIO DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL


SECRETÁRIO DE JUSTIÇA